

continuação

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA | CNPJ: 04.895.728/0001-80

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa em	31/12/2018	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	6,42	7,91	9,50	4,75	3,17	
SELIC (% 12 meses)	4,43	8,08	9,69	4,85	3,23	
TJLP (% 12 meses)	6,72	8,75	10,50	5,25	3,50	
IGP-M (% 12 meses)	7,54	4,25	5,10	2,55	1,70	
IPCA (%12 meses)	4,05	4,03	4,83	2,42	1,61	

Fonte: B3. (vii) Risco de escassez de energia: O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional. **(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas. **37.6 Gestão do capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia: • Dívida líquida / EBITDA:

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	1.382.295	1.871.755
Debêntures	1.578.971	994.808
Caixa e equivalentes de caixa	(833.191)	(1.075.402)
Investimentos de curto prazo	-	(525)
Dívida líquida	2.128.075	1.790.636
EBITDA	1.047.947	940.726
Dívida líquida / EBITDA	67%	66%

• Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	1.382.295	1.871.755
Debêntures	1.578.971	994.808
Caixa e equivalentes de caixa	(833.191)	(1.075.402)
Investimentos de curto prazo	-	(525)
Dívida líquida	2.128.075	1.790.636
Patrimônio líquido	3.006.081	2.582.714
Dívida líquida / (dívida líquida + Patrimônio líquido)	41%	41%

Conselho de Administração
Armando de Souza Nascimento
| Augusto Miranda da Paz Júnior
| Carlos Augusto Leone Piani
| Eduardo Haiama | Firmino Ferreira
Sampaio Neto | José Jorge de
Vasconcelos Lima.

Conselho Fiscal
Paulo Roberto Franceschi | Saulo Tarso Alves
de Lara | Vanderlei Dominguez da Rosa
Rogério Cesar Neves Aranha

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos - Contador - CRC PE 012996-O-3 S-PA

Diretoria Executiva
Marcos Antônio Souza de Almeida - Diretor Presidente
Fábio Baldez Machado Gomes - Diretor de Relações com
Investidores
Carla Ferreira Medrado - Diretora
Chrysthyhan Gonçalves de Almeida - Diretor
Humberto Soares Filho - Diretor
Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor
Tinn Freire Amado - Diretor

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs Marcos Antônio Souza de Almeida, Diretor-Presidente; Fábio Baldez Machado Gomes, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Carla Ferreira Medrado, Diretora; Chrysthyhan Gonçalves de Almeida, Diretor; Humberto Soares Filho, Diretor; Leonardo Lucas Tavares de Lima, Diretor; Tinn Freire Amado, Diretor, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 29 de março de 2019 pela KPMG Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeira, apresentados sem ressalvas, pela KPMG Auditores Independentes em 29 de março de 2019, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do lucro do exercício e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral. Brasília, 29 de março de 2019. Paulo Roberto Franceschi - Saulo Tarso Alves de Lara; Vanderlei Dominguez da Rosa; Rogério César Neves Aranha.

• Dívida de curto prazo / dívida total:

	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	30.883	193.478
Debêntures	126.449	7.346
Dívida líquida	157.332	200.824
Dívida total	2.961.266	2.866.563
Dívida de curto prazo / dívida total	5%	7%

• Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

38 Compromissos: Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

	Vigência	2019	2020	2021	Após 2021 (*)
Energia contratada (R\$)	2019 a 2032	2.581.489	2.659.824	2.812.124	46.897.336
Energia contratada (MhW)	2019 a 2032	11.400.352	11.448.269	11.816.742	158.501.254

(*) estimado 12 anos após 2021. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL. **39. Seguros:** A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	30/04/2020	327.359
Responsabilidade civil geral - operações	30/04/2020	7.000
Seguro garantia judicial	(a)	150.428
Seguro garantia leilão de energia	(b)	143
Automóvel	30/04/2020	(c)

(a) Apólices vigentes até 2023. (b) Apólices vigentes até 2019. (c) 59 veículos próprios segurados. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

40. Eventos subsequentes: Em 27 de dezembro de 2018, a CELPA assinou contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R\$1.341 bilhões, destinado à implantação do plano de investimentos da Cia para os anos de 2018 a 2020. O contrato possui garantia de recebíveis de energia, depósito em conta centralizadora e aval da controladora Equatorial Energia, taxa de juros de IPCA+4,78% a.a., carência de principal de 24 meses e amortização em 88 meses, vencendo a última parcela em 15 de abril de 2028. Em 20 de fevereiro de 2019, a Companhia recebeu a primeira parcela do financiamento, no montante de R\$ 335.975 mil.